



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e opressões no capitalismo

Quem cuida de quem luta? Mulheres, cuidado e organização social da classe trabalhadora

Alessandra Genú Pacheco¹

Célia Barbosa da Silva Pereira²

Resumo: Este trabalho é um ensaio teórico inicial sobre a presença de mulheres em movimentos sociais, com os objetivos de analisar o cuidado como dimensão constitutiva e invisibilizada da organização social da classe trabalhadora, tendo como ênfase a centralidade das mulheres na sua realização, e problematizar a desvalorização delas como sujeitas em movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, fundamentando-se no diálogo com autoras marxistas e feministas marxistas. As reflexões desenvolvidas neste ensaio permitem compreender a invisibilidade da militância das mulheres em movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, apontando para a necessidade de defesa do reconhecimento do trabalho de cuidado, como estratégia de fortalecimento da organização social da classe trabalhadora.

Palavras-chave: classe trabalhadora; teoria da reprodução social; trabalho de cuidado.

Who cares for those who fight? Women, care, and the social organization of the working class

Abstract: This work is an initial theoretical essay on the presence of women in social movements, aiming to analyze care as a constitutive and invisibilized dimension of the social organization of the working class, emphasizing the centrality of women in its realization, and to problematize their devaluation as subjects in social movements, unions, and political parties, based on dialogue with Marxist and Marxist feminist authors. The reflections developed in this essay allow us to understand the invisibility of women's activism in social movements, unions, and political parties, pointing to the need to defend the recognition of care work as a strategy for strengthening the social organization of the working class.

Keywords: working class; theory of social reproduction; care work.

¹ Doutora em Serviço Social pela PUC-SP e professora do Departamento de Serviço Social de Campos da UFF. Email: alessandragenu@id.uff.br.

² Doutora em Política Social pela UFES, pós-doutoranda do PPG em Política Social da UFES, bolsista CAPES e professora do Departamento de Serviço Social de Campos da UFF. Email: celiabsp@id.uff.br.

1. Introdução

Estamos diante de um contexto histórico marcado por uma crise capitalista³ sem precedentes, cujos efeitos para a humanidade e para o planeta são tão avassaladores que, diferentes teóricos críticos afirmam que o mundo vive uma “crise civilizatória” (Dierckxens *et al*, 2010, p. 11; Löwy, 2010, p. 36). Conforme Mészáros (2011, p. 130), trata-se de uma “[...] crise estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana”.

Por isso, concordamos com o autor de que a crise capitalista atual acirra ainda mais a polarização entre capital-trabalho, sobretudo, nos países de economias dependentes como mostra Carcanholo (2017). Segundo esse autor, os mecanismos acionados pelo capital para sair da crise se sustentam na crescente exploração do trabalho por meio dos rebaixamentos de salários, da extensão e intensificação da jornada de trabalho, da perda de direitos, da redução dos gastos estatais com políticas sociais e do aprofundamento de reformas previdenciárias e tributárias.

Portanto, as respostas do capital para manter as taxas de acumulação em escala crescente são extremamente danosas para a classe trabalhadora, especialmente para as mulheres, já que está em curso um “[...] significativo processo de *feminização do trabalho* que atinge mais de 40% a 50% da força de trabalho em diversos países, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado” (Antunes, 2015, p.140).

Tudo isso impacta a capacidade organizativa da classe trabalhadora, afetando suas condições objetivas de construir as lutas sociais e direcioná-las à unidade de classe e suas condições subjetivas, para se constituir como sujeito revolucionário. Afeta a sua capacidade de organização de *classe para si*.

³ “As razões mais profundas que permitem explicar a crise que se desdobra por todo o planeta encontram-se na própria dinâmica da acumulação que produz periodicamente uma superprodução de capital, decorrente da anarquia da produção capitalista, que conduz a uma pressão para a queda na taxa de lucro quando se esgotam as contra-tendências à queda dessa taxa. A superprodução de capital pode se manifestar através do excesso de produção vendável, não porque não hajam pessoas necessitadas ou desejosas de consumirem, mas porque a concentração da riqueza vai excluindo uma parcela cada vez mais importante da população da possibilidade de comprar mercadorias (Nakatani; Herrera, 2011, n.p.).

Historicamente, teóricos clássicos do marxismo⁴ defenderam o partido político como forma mais desenvolvida de organização da classe com vistas à unidade e à conscientização das massas trabalhadoras. Entretanto, a compreensão que prevaleceu por anos no interior dos partidos políticos socialistas e comunistas a respeito do sujeito revolucionário - como sendo o movimento operário -, muitas vezes compreendido de forma abstrata sem as mediações concretas que atravessam a formação da classe trabalhadora, tais como raça/etnia e gênero, acabaram por direcionar a ação dos partidos junto ao movimento sindical e a secundarizar pautas e lutas importantes e igualmente centrais (Pereira, 2019).

Além da feminização do trabalho destacada por Antunes (2015), é possível argumentar que também está em curso uma tendência de feminização das lutas sociais, uma vez que "dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm demonstrado que as mulheres são o contingente principal entre aqueles que lutam por questões coletivas, no âmbito público [...]" (Gohn, 2014, p. 156). A autora sustenta que no âmbito das lutas sociais que se contrapõem ao neoliberalismo na realidade latino-americana, "[...] são as mulheres as grandes atrizes que têm realizado esta junção: causas estruturais/econômicas e causas específicas vividas pelas mulheres" (idem, p. 157).

Considerando a importância do partido político para a organização da classe trabalhadora, imagine a cena: em uma reunião entre líderes partidários de diferentes agremiações de esquerda, realizada tendo em vista pensar as estratégias para organizar um ato nacional contra o fim da escala 6x1 e em prol da escala 5x2, considerou-se necessário ouvir suas bases para definir as táticas de luta. Quem organizou os detalhes para que essa reunião com as bases acontecesse? Quem cuidou, por exemplo, da mesa do café para recepcionar as pessoas, ou quem limpou o local? Quem compõe majoritariamente as bases? Que providências precisam ser pensadas para garantir as condições para a participação das bases? Agora, transfira a mesma cena para o movimento sindical e depois para outros movimentos sociais.

⁴ Entre os mais influentes estão Marx e Engels (2010 [1848]), Lênin (1978[1902]), Rosa Luxemburgo (2010 [1906]) e Gramsci (1991).

Ao partir dessas relações cotidianas que se processam no interior das organizações da classe trabalhadora, questionamos: Que funções as mulheres têm desempenhado no interior dos movimentos sociais, sindicais e partidários? Buscamos compreender quem está na linha de frente das lutas sociais, bem como quem sustenta e ocupa esse lugar. Acreditamos que as reflexões sobre essas questões podem ajudar a ampliar a compressão do sujeito revolucionário.

Nesse sentido, neste artigo pretendemos analisar o cuidado como dimensão constitutiva e invisibilizada das lutas sociais da classe trabalhadora, tendo como ênfase a centralidade das mulheres na sua realização, a fim de problematizarmos a desvalorização delas como sujeitas no âmbito dos movimentos sociais, sindicais e partidários. Trata-se de um ensaio teórico inicial, de natureza qualitativa, fundamentado no diálogo com autoras(es) marxistas e feministas marxistas.

Além desta introdução, o artigo se desdobra em uma seção que busca refletir e reposicionar o cuidado como dimensão política central para as lutas sociais da classe trabalhadora, finaliza tecendo conclusões que visam muito mais abrir do que fechar o debate e indica o referencial usado.

2. Teoria da reprodução social e o trabalho de cuidado nas lutas sociais

Com base no aporte marxista, a categoria analítica *classe para si* refere-se à capacidade organizativa da classe trabalhadora, que, consciente de sua inserção e posição na divisão social do trabalho no capitalismo, compreende que “os interesses que defende tornam-se interesses de classe” (MARX, 2013 [1847], p. 215), ou seja, remete à consciência de classe. Conforme Mattos (2012, p. 46),

[...] a tarefa de unificar as lutas dos diferentes movimentos em torno de um programa que responda pela análise crítica da realidade e apresentação do caminho da revolução, sem desprezar as lutas imediatas, formando quadros, mobilizando para as lutas gerais e construindo a auto-organização dos trabalhadores, demanda uma organização específica, cuja forma *partido político* foi a resposta histórica encontrada pelos trabalhadores.

Nesse sentido, os(as) trabalhadores(as) superam os interesses corporativistas que movem suas lutas isoladas para buscar a *unidade na diversidade*⁵, necessária para alcançar ganhos direcionados a toda a classe, tendo como escopo a transformação social, o rompimento com o sistema capitalista, que se sustenta na exploração e opressão dos sujeitos e sujeitas dessa classe, direcionando sua *práxis* para construir e lutar por um projeto societário mais justo e igualitário, radicalmente oposto ao capitalismo. Em outras palavras, como sustenta Iasi (2011), a luta revolucionária requer uma consciência também revolucionária.

O processo de formação da classe trabalhadora *em classe para si* não ocorreu de forma linear. Em cada país isso se processou de uma forma particular, conforme as especificidades de sua formação social, econômica, cultural e política. Todavia, como mostra Andrade (2011, p. 30):

A visão imperante no movimento operário ao longo de todo o século XIX em geral retratava as mulheres como passivas, conservadoras, imediatistas e até mesmo egoístas (por estarem comprometidas primeiramente com o bem-estar de suas famílias). Considerada um risco para as organizações, por ser capaz de provocar o refluxo e a paralisação das lutas, a personalidade feminina estaria em oposição à personalidade masculina, esta sim, destemida, ativa, impetuosa, inquieta e transformadora.

A autora afirma que apesar das mulheres populares terem sido fundamentais para a formação do próprio contingente da classe trabalhadora e da identidade proletária, a participação ativa delas nas lutas de classe sempre foram ocultadas. Ainda assim, ao longo da história do movimento socialista, as mulheres sempre tentaram pautar questões importantes e centrais para o projeto revolucionário com vistas a uma nova forma de sociabilidade antagônica ao capitalismo. Todavia, as militantes socialistas passaram a se auto-organizar em espaços alternativos para discutir as pautas consideradas específicas e não de toda a classe (Andrade, 2011), pois estavam

conscientes de que para seus camaradas e para a direção do partido a “questão feminina” não era precisamente prioritária. Pelo contrário, foi considerada uma mera questão de superestrutura, que se solucionaria automaticamente com a socialização dos meios de produção (MIGUEL, 2011, p. 18-19, tradução nossa).

⁵ Na visão marxista, a unidade na diversidade refere-se à capacidade organizativa política da classe trabalhadora, que mesmo atravessada por uma multiplicidade das lutas concretas, de posições político-partidárias e de elaborações teóricas, consegue direcionar sua ação ao projeto de emancipação dos(as) trabalhadores(as) sem se perder no sectarismo (Mattos, 2012).

Quando se fala de classe trabalhadora, de classe operária, a determinação de que essa classe possui dois sexos nem sempre é evidenciada. Como denunciou Kergoat (1986), é como se “a relação capital-trabalho criasse apenas classes masculinas”, afirma (p. 81). Segundo Cisne (2014), no Brasil, essa visão homogênea sobre a classe predominou até o final da década de 1960. Efetuar essa crítica não significa desconsiderar o materialismo histórico-dialético como método para tecermos nossas análises, ao contrário, concordamos com Bogo que a teoria marxista:

possibilita ver as identidades de gênero, de idade, de etnia, de cultura, a subjetividade e quantas outras possam ser privilegiadas nas discussões atuais, no processo de transformação da sociedade – relacionadas e submetidas à identidade de classe – de exploradores e de explorados (BOGO 2010, p. 9).

É preciso superar a ideia de hierarquia de opressões, de que determinados movimentos sociais têm caráter classista, e outros, interclassista, considerados por muitos autores como identitários. Na trilha de Mattos (2009), é fundamental compreender que “[...] tais movimentos são todos vinculados à classe, que sofre a exploração, a desigualdade, as opressões e a violência de forma ampla, como amplo e sistêmico é o movimento de reprodução do capital” (2009, p. 43).

Portanto, esta perspectiva pressupõe entender o capitalismo como uma totalidade que implica considerar que produção e reprodução são processos organicamente interligados, que se retroalimentam e alicerçam o funcionamento desse sistema de forma a produzir opressões e exploração como faces dessa mesma totalidade, como indicam Moraes, Roncato e Borrego (2023). Isso “significa olhar para o concreto como síntese de múltiplas determinações, ou seja, olhar para a classe generificada, racializada, com diferentes capacidades, de diferentes nacionalidades, etc.” (idem, p. 13).

Com base em Kergoat (1986), nota-se que o movimento feminista, ao apontar o sexo como categoria para analisar as relações de classe, foi fundamental para ampliar o debate sobre a produção e a reprodução do trabalho, pois destacou o lugar ocupado pelas mulheres também na produção e não apenas da reprodução. E Cisne, apoiada na concepção marxiana, afirma: “a produção e reprodução da vida real é determinada pelas relações sociais que, por sua vez, possuem ‘raça’/etnia, sexo e não apenas classe” (2014, p. 32).

Segundo Cisne (2014), o feminismo só se consolidou como sujeito coletivo de luta das mulheres apenas na segunda metade do século XX, ainda que, como mostra Andrade (2011), desde o início desse século, a “questão feminina” tenha sido incorporada de forma generalizada pelos partidos social-democratas. Mas, assim como em outros países, no Brasil a pauta feminista não foi incorporada “nos discursos dos dirigentes sindicais para, por exemplo, problematizar a desigualdade salarial entre homens e mulheres” (Cisne, 2014, p. 139).

Portanto, a secundarização das pautas feministas e os desafios no interior das organizações mistas da classe trabalhadora não são recentes. Ao contrário, atravessou toda a sua formação como *classe em si* e *classe para si*, para usar as categorias marxistas. No contexto de Ditadura Militar, mesmo as trabalhadoras exiladas sofriam com o machismo reproduzido nos espaços de militância. Conforme Pinto (2003, p. 53): “a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais”.

A luta feminista tornou-se central nos debates atuais não apenas pelo protagonismo das mulheres na luta e pelo contingente populacional que representam na constituição da classe trabalhadora, mas porque finalmente as compreensões da realidade capitalista como totalidade histórica parecem também avançar. De maneira singular, a Teoria da Reprodução Social (TRS) contribui para aprofundar ainda mais o debate a respeito da unidade entre produção e reprodução como faces de uma mesma engrenagem.

Uma das feministas marxistas mais influentes no campo da TRS é a historiadora indiana Tithi Bhattacharya, que elucida como o circuito de produção de mercadorias para troca é indissociável do circuito de reprodução social do trabalhador, tratado como mercadoria única⁶ no modo de produção capitalista. A separação desses dois circuitos é a ocultação estratégica que turva a análise crítica e nos leva ao engano de valorizar mais o trabalho produtivo assalariado e desvalorizar o trabalho de reprodução social (BHATTACHARYA, 2023).

⁶ A mercadoria é a força de trabalho, e ela não se separa do trabalhador. A força de trabalho é a capacidade de trabalhar; é uma mercadoria que precisa de ‘manutenção’ diária (descanso, alimentação, educação, saúde, entre outras necessidades) e só se realiza através do sujeito capacitado para o trabalho.

A TRS enfatiza a imprescindibilidade deste trabalho de reprodução da vida para a reprodução societal do capitalismo, exteriorizado no trabalho de cuidado majoritariamente exercido por mulheres em nossa sociedade patriarcal, cuja ideologia é estrategicamente desenhada para que cada mulher acredite que o trabalho a ela imputado lhe é natural e obrigatório, nublando ainda mais qualquer análise capaz de identificar a exploração aí existente, tampouco qualquer rebeldia contra ela. Como mostram Moraes, Roncato e Borrego (2023, p. 31-32), a partir de teóricas da Teoria da Reprodução Social,

O trabalho de reprodução abrange diversos tipos de trabalho, assalariados ou não, e consiste no conjunto de trabalhos que são socialmente necessários para a manutenção das nossas vidas e da classe trabalhadora em um sentido material e subjetivo (ARRUZZA, BHATTACHAYRA e FRASER, 2019). Desse modo, abrange um amplo conjunto de trabalhos, tais como: limpar, cozinhar, cuidar, curar, educar, socializar, disciplinar, etc. a fim de nos reproduzir individual e geracionalmente.

Ao situar a reprodução também como espaço para desencadear a luta revolucionária, essa teoria permite sustentar que a “Revolução será feminista!”, como destacam Moraes, Rocato e Borrego: “As lutas desde o espaço da reprodução podem ser catalisadoras e explosivas, porque a greve na reprodução amplifica e intensifica as possibilidades de greve geral na produção” (2023, p. 108-9).

Trata-se não apenas de reconhecer que “a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino”, como já mostrou Engels (1984 [1884], p.71), e sim de compreender que o sistema capitalista é forjado com base nessas opressões que sustentam inclusive o processo de exploração. Isso implica entender a transformação social desde uma perspectiva da totalidade, como argumentam Moraes, Rocato e Borrego (2023). Na trilha dessas autoras, isso requer considerar:

A revolução socialista tem que estar interpelada e protagonizada pelo movimento feminista anticapitalista, assim como por todos os explorados e oprimidos. Em outras palavras, estamos dizendo que a revolução socialista tem que ser anticapitalista e feminista - assim como, antirracista, anti-imperialista, anticapacitista, antiLGBTQIAPN+fóbica, etc. - para ser realmente emancipadora (Moraes, Rocato e Borrego, 2023, p. 109).

Compreendemos que não se trata apenas de construir a *unidade na diversidade*, ou seja, de buscar unificação das inúmeras lutas sociais em prol de um projeto revolucionário construído coletivamente pela classe trabalhadora organizada. É mais que isso: é perceber as opressões e a exploração como processos consubstancializados, ou seja, constitutivos um do outro e que não operam de forma separada, não só porque atravessam a classe, mas também porque sustentam a acumulação capitalista.

No caso de uma sociedade periférica e dependente como o Brasil, a urgência da luta revolucionária, vista por essa perspectiva da totalidade, é ainda mais destacada na vida das mulheres trabalhadoras que seguem sendo responsabilizadas pelo trabalho de reprodução social fundamental para reprodução da força de trabalho, ou seja, para a manutenção da própria vida, garantindo inclusive as condições para a realização das lutas sociais classe trabalhadora.

3. Considerações Finais

Diante do exposto, usamos esse espaço de desfecho muito mais para trazer provocações ao debate do que para encerrá-lo. Para que alcance êxito em seu propósito de construir um projeto, acreditamos que a luta revolucionária da classe trabalhadora, bem como suas inúmeras expressões, requer reconhecer desde já o trabalho de cuidado, nos termos de Bhattacharya (2023), como vetor constitutivo fundamental da reprodução societal⁷. Pois, como indica Silvia Federici (2019, p. 19),

Nada sufoca tão efetivamente nossa vida quanto a transformação em trabalho das atividades e relações que satisfazem nossos desejos. Do mesmo modo, é pelas atividades do dia a dia, através das quais produzimos nossa existência, que podemos desenvolver a nossa capacidade de cooperação, e não só resistir à nossa desumanização, mas aprender a reconstruir o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado.

A partir das reflexões desenvolvidas, considera-se que a invisibilidade da militância das mulheres em movimentos sociais, sindicais e partidários mistos, advém da centralidade que elas têm na realização do trabalho de reprodução social e da manutenção do patriarcado estrutural. Defendemos o reconhecimento do trabalho de cuidado como estratégia de fortalecimento das lutas sociais da classe trabalhadora, que deve ser tomada por todos os trabalhadores que almejam uma nova forma de sociabilidade.

Referências

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O marxismo e a questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário** - São Paulo. 2011. 210f. Tese. (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, letras, e ciências humanas, Universidade de São Paulo.

⁷ Diferentemente da expressão ‘reprodução social’, reprodução societal se refere à reprodução do modo de produção capitalista como um todo, que depende de ambos os circuitos: de produção e de reprodução social.

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. Tradução de Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, super-explotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx**. Madrid: Maia, 2017 (Colección Claves para comprender la economía).
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo, 2014.
- DIERCKXENS *et al.* **Século XXI: crise de uma civilização**. Fim da história ou começo de uma nova história? Goiânia: CEPEC, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1984. (Coleção Perspectivas do Homem, vol. 99, Série Ciências Sociais).
- GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **O moderno príncipe**. In: Maquiavel, a política e o estado moderno. Tradução Luiz Mário Gazzaneo. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. cap. 1, p. 3-102.
- IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- KERGOAT, Danièle. **Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação**. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 79-93.
- LENIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015 [1902].
- LÖWY, Michael. **Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecosocialista**. Margem Esquerda, São Paulo: Boitempo, n. 14, p. 36-42, 2010. Dossiê: imperialismo, ecologia e crise estrutural. Disponível em: <http://marxismo21.org/analises-de-conjuntura/margem-14-m-lowy/>. Acesso em: 01 maio 2026.
- LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. BOGO, Ademar (Org). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1906], p. 241-333. (volume I).

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1847]. (Volume II).

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, **Manifesto do Partido Comunista**. In: BOGO, Ademar (Org). *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1848], p. 83-125. (volume I).

MATTOS, Marcelo Badaró. **Sobre os partidos políticos no Brasil de hoje: um enfoque a partir da classe trabalhadora e seus movimentos**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Orgs.). *Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 146-165.

MÉSZÁROS, Isteván. **A crise estrutural do capital**. 2.ed. rev. e ampliada São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Mundo do Trabalho).

MORAES, Livia de Cassia Godoi; RONCATO, Mariana Shinohara; BORREGO, Arelyz Esquenazzi. **A revolução será feminista: aporte para lutas estratégicas da classe trabalhadora contra o capital**. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy. **Crise financeira ou... de superprodução?**, 2011. Disponível em: <http://www.odiario.info/?p=2010>. Acesso em: 01 maio 2026.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. **A relação entre movimento feminista e partidos políticos no Brasil no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008–2017**. 2019. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).